

## O PLANEJAMENTO URBANO DE NOVA CANTU (PR) BRASIL: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

TÖWS, Ricardo Luiz<sup>1</sup>; BOVO, Marcos Clair<sup>2</sup>; CORDEIRO, Geovania Cristina<sup>3</sup>

**RESUMO:** A discussão que apresentamos nessa pesquisa se refere à análise da cidade de Nova Cantu (PR) a partir do planejamento urbano e da abordagem socioeconômica. Buscamos entender como o planejamento urbano impacta no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Afirmamos que as diretrizes traçadas para a implementação em curto, médio e longo prazos, se executadas, poderão contribuir de forma significativa para a melhoria de vida da população cantuense. Salientamos ainda, que o método para obtenção dos resultados se baseia em Mendes (1992); Töws (2010): em primeiro lugar, no referencial teórico-metodológico, ou seja, pesquisas de gabinete sobre o fenômeno urbano bem como referente ao planejamento, manuseio de informações e documentos municipais; em segundo lugar, o referencial empírico, a partir do conhecimento da realidade local; e por fim, o referencial técnico, possibilitado pelo manuseio, confecção/ elaboração e adaptação de mapas e tabelas.

**Palavras-chave:** Planejamento Urbano. Plano Diretor. Índice de Desenvolvimento Humano.

## URBAN PLANNING FOR NEW CANTU (PR) BRAZIL: A GEOGRAPHICAL APPROACH

**ABSTRACT:** The discussion we present in this research refers to the analysis of Nova Cantu (PR) from the urban planning and socio-economic approach. We try to understand how urban planning impacts on the Municipal Human Development Index (HDI). We affirm that the

---

<sup>1</sup>Possui Graduação e Mestrado pela Universidade Estadual de Maringá (DGE/PGE/UEM). Professor do Departamento de Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). Participante e Pesquisador do Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam (GEURF), do Grupo de Estudos Urbanos da UEM (GEUR) e do Observatório das Metrôpoles (Núcleo Região Metropolitana de Maringá). ricardotows@gmail.com

<sup>2</sup>Possui Graduação e Mestrado pela Universidade Estadual de Maringá (DGE/PGE/UEM). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Campus Presidente Prudente. Professor adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Participante e Pesquisador do Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam (GEURF) mcbovo@yahoo.com

<sup>3</sup>Acadêmica do terceiro ano do curso de graduação em Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Bolsista da Fundação Araucária. Participante do Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam (GEURF).

guidelines set for implementation in the short, medium and long term, if implemented, could contribute significantly to the improvement of living cantuense. We point out that the method for obtaining the results is based on Mendes (1992); Töws (2010): first, the theoretical and methodological framework, namely research office on the urban phenomenon as well as regarding the planning, handling municipal information and documents, and secondly, the empirical reference from the local knowledge and, finally, the technical reference, made possible by handling, cooking / preparation and adaptation of maps and tables.

**Keywords:** Urban Planning. Master Plan. Human Development Index.

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa tem como propósito apresentar a análise da cidade de Nova Cantu (PR) (Mapa 1 e Figura 1) a partir do planejamento urbano e da abordagem socioeconômica. Desta forma buscamos entender como o planejamento e, em específico, o planejamento urbano ou a falta dele impacta nos índices municipais, sobretudo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Para isso, manuseamos documentos que comprovassem a existência ou, ao menos, propostas de planejamento que contribuam para o aumento do IDH-M. Assim, a partir de uma abordagem geográfica e urbanística, buscamos relacionar o planejamento urbano, expresso na figura do plano diretor local, com os respectivos índices. Afirmamos que as diretrizes traçadas para a implementação em curto, médio e longo prazos, se executadas, poderão contribuir de forma significativa para a melhoria de vida da população cantuense.

Enfim, como a abordagem apresentada é geográfica, situamos alguns conceitos referentes à cidade e a sua materialização, com o objetivo de compreendermos o objeto de estudo, que é o espaço urbano de Nova Cantu. Assim, delimitamos a análise sobre a definição de cidade de modo geral, mas se atendo à escala a ser trabalhada.

Segundo Faissol (1978, p. 15),

cidade é um foco de concentração de atividades e de irradiação de inovações, duas funções essenciais no contexto do processo de desenvolvimento. Em relação à primeira estão associados todos os conceitos de localização, economias de escala, mercado de consumo para numerosas atividades produtoras, concentração de mão-de-obra etc., e em relação à segunda estão associados todos os conceitos de difusão de inovações, com suas implicações na hierarquia e espaçamento dos centros urbanos e capacidade multiplicadora dos mesmos.

Já para Carlos (2003, p. 26), complementando as abordagens anteriores,

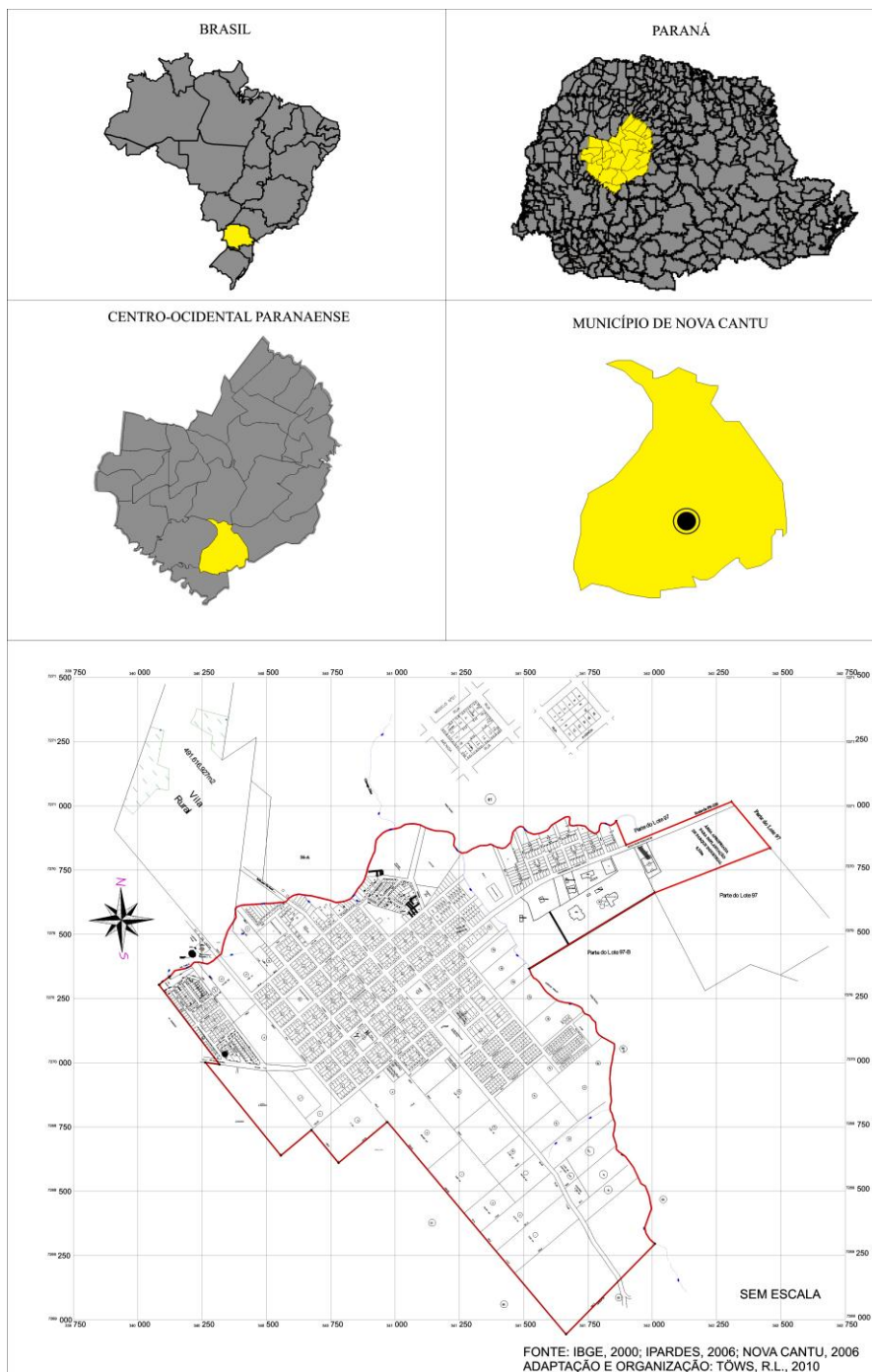
A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, da sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizadas por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória.

Corrêa (1999) é um dos autores que também trabalha com a cidade, sobretudo enfatizando sobre suas definições conceituais. A cidade, enquanto espaço materializado ou forma, conforme ilustrado pelos autores acima, nada mais é sinônimo de espaço urbano, pois, o 'urbano' é visto enquanto processo social e 'cidade' é a materialização do mesmo. Assim, para o autor,

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 1999, p.07).

Observamos que o autor estuda a grande cidade capitalista. Apesar de seus estudos abordarem uma escala maior de análise, alguns processos se repetem ou se confundem em escalas menores, como é o caso de Nova Cantu. Por isso, entendemos que o estudo das pequenas cidades também contribui de forma efetiva para a discussão do urbano.

Dessa forma, é necessário apresentar que o espaço urbano é “um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço” (CORRÊA, 1999, p.11). Esses agentes, segundo Corrêa (1999), são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Capel (1983) ainda acrescenta que a cidade não pertence a seus habitantes, e sim aos agentes que a produzem. De modo geral, se buscarmos compreender cada agente que produz e reproduz o espaço urbano cantuense, pela escala de análise, percebemos uma atuação mais modesta. No entanto, verificamos que o Estado tem papel fundamental no processo de desenvolvimento e na implementação das políticas públicas que interferem nos aspectos que estamos apresentando, tais como, desenvolvimento humano, socioeconômico e urbano. Por isso esse agente produtor, normatizador e (re)produtor do espaço urbano será melhor apreciado.



Mapa 1: Área Urbana e Localização Geográfica de Nova Cantu no contexto da mesorregião Centro-Ocidental Paranaense.



Fonte: <http://jornalmuraljoaofarias.blogspot.com/2009/09/nova-cantu-ocupa-324-posicao-no-ranking.html>, visita em 04/10/2010.

O Estado, enquanto agente, pode ser expresso em três níveis de representação bem como de atuação, tais como o nível federal, nível estadual (unidades da federação) e nível municipal. Percebemos que no decorrer do desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a cidade, sobretudo a partir de 1988, quando da aprovação da Constituição em vigor, houve um desencadeamento de um processo de descentralização das ações do poder público, concentrando no nível municipal a atuação mais expressiva e mais direta aos espaços urbanos brasileiros. Devemos notar, entretanto, que essa tendência é fruto de um processo maior que deve ser explicitado.

Em primeiro lugar, citamos a Constituição de 1988. O documento inovou ao regulamentar em seus dispositivos a política urbana, após a organização e empenho dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana (TÖWS, et.al. 2008). De acordo com o artigo 182§1º, o Plano Diretor é um conjunto de leis e instrumento básico de planejamento de uma cidade, dispondo sobre sua política de desenvolvimento, ordenamento territorial e expansão urbana. Em 10 de julho de 2001 foi aprovada no

Congresso Nacional, após 10 anos de tramitação, a Lei Federal n.º 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, regulamentando o capítulo da política urbana disposto na Constituição federal (TÖWS, et.al. 2008).

A aprovação do Estatuto da Cidade assegurou aos brasileiros o direito às cidades sustentáveis, trazidos na lei como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Para tanto, é necessário que os municípios apliquem os instrumentos da política urbana por meio da revisão ou da implementação dos planos diretores municipais.

Em se tratando dos Planos Diretores, observamos que esse documento é objeto de estudo de diversos autores, entre eles Villaça (2005) que caracteriza a problemática e a complexidade que o envolve, tanto no âmbito da elaboração como da execução/ implementação, que, via de regra, segundo o autor, enseja uma ilusão, sobretudo no âmbito político. Na verdade, sua complexidade passa pelo crivo do planejamento. Souza (2002) diz que planejamento é tentar simular os desdobramentos de um processo, com um objetivo de melhor se precaver contra problemas ou, inversamente, com o fato de melhor tirar proveitos de prováveis benefícios. Conclui-se, sem correlacionar a atividade-fim com questões ideológicas, um bom planejamento aumenta as chances das coisas darem certo.

Mas planejamento é uma atividade política por excelência, com impossibilidade de evitar as questões ideológicas. Segundo Souza (2002) planejamento envolve relações de poder, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições, empresas etc. Desse modo, não questionamos, pelo menos nesse momento, sua real aplicação, mas sim sua elaboração enquanto ponto positivo ligado a diversas questões que serão enumeradas. Dessa forma, Planos Diretores são documentos de planejamento destinados a orientar regras gerais de uso e ocupação do território da cidade e definir de forma específica os critérios para uso e ocupação dos solos. A importância central atribuída ao Plano Diretor é como elemento de regulação do uso do solo e da efetivação da função social da cidade e da propriedade (TÖWS, et.al. 2008).

É neste sentido que o planejamento é o principal instrumento do Município para executar a política de desenvolvimento urbano, garantindo o bem-estar de seus habitantes, ordenando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. Por isso, o Estatuto das Cidades abre novas possibilidades de prática do planejamento e da gestão urbana, mas depende fundamentalmente de seu uso eficaz no nível local (TÖWS, et.al. 2008).

Desse modo, devemos nos ater ao Decreto Estadual n.º. 2581/2004 (PR), de que

condiciona a realização de investimento e transferências estaduais à elaboração de Planos Diretores para todos os Municípios do Estado. Assim, diferente da realidade brasileira onde há a necessidade de elaboração do documento em municípios com população igual ou superior a 20 mil habitantes, no Paraná, para fins de transferências estaduais, ficou regulamentado que todo o município deveria elaborar e implementar o arrolado plano.

Essa legislação possibilitou alguns pontos que são positivos para os municípios paranaenses, tais como a possibilidade de estudos aprofundados das dinâmicas geográficas e territoriais dos mesmos; a elaboração e/ou o aperfeiçoamento das bases cartográficas para fins de espacializações de informações; a possibilidade de um efetivo planejamento nos municípios, sobretudo àqueles carentes de ações e de intervenções públicas municipais e estaduais; a possibilidade de participação efetiva da população, visto que algumas empresas cumprem os mecanismos de elaboração com base nas audiências participativas; a possibilidade de vantagens socioeconômicas bem como ligadas ao desenvolvimento, sobretudo das pequenas cidades. Enfim, abriu-se um “leque” de possibilidades, algumas delas enumeradas que, paulatinamente, contribuirão para o desenvolvimento socioeconômico, institucional e intelectual.

Nova Cantu se insere nesse modelo de planejamento ao instituir uma comissão de acompanhamento do plano no ano de 2006. Por fazer parte do contexto da lei acima apresentada, a cidade, assim como muitas outras do estado, possui população inferior a 20 mil habitantes. Enfim, é necessário caracterizar o contexto regional para apreender, em um segundo momento, a análise intraurbana dos aspectos propostos.

## **NOVA CANTU: CONTEXTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

A ocupação do município de Nova Cantu se iniciou no final dos anos de 1930, com a vinda de desbravadores para a região a partir de projetos de colonização e que se instalaram onde hoje se localiza a sede do município, em busca de melhores condições para o desenvolvimento agrícola, da prática do extrativismo e das chamadas safras de porcos (NOVA CANTU, 2006).

Com o desenvolvimento dos núcleos de povoamento da região, houve a necessidade da implementação de loteamentos, atividade responsabilizada pela Empresa Paulista Colina Agropecuária, proprietária de parte da Gleba 6 - Colônia Cantu, que começou a venda de grande número de lotes e a legalização dos mesmos para uma população formada principalmente por agricultores, sendo responsável por tais negócios o procurador geral Dr. David Thiessem (NOVA CANTU, 2006).

Ainda de acordo com o documento municipal, situamos que o grande desenvolvimento da área culminou, em 1961, na aprovação da Lei Nº. 4.311, que passou a Nova Cantu de categoria de povoado à categoria de Distrito Administrativo de Roncador. A partir de interesses de emancipação, “o desmembramento do município de Roncador foi realizado através da Lei Estadual Nº 4.788, no dia 29 de Novembro de 1.963, elevando-se a categoria de Município” (NOVA CANTU, 2006, p. 22).

O município se situa na parte meridional Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, que tem como principal município Campo Mourão. Na verdade, a mesorregião é uma das que menos contribuem para os números gerais do estado do Paraná, sobretudo nos dados referentes ao Valor Adicionado Fiscal (VAF) e de produção, tendo em vista sua dimensão territorial e a relevância econômica dos municípios. No entanto, fazemos um parêntese de que Campo Mourão, principal cidade da respectiva mesorregião, possui significativa importância econômica e social, devido à centralização de atividades cooperativas e de ensino. A referida área ainda recebe o nome Comunidade dos Municípios da região de Campo Mourão (COMCAM), associada a consórcios e vontade política.

A referida mesorregião, de acordo com o Ipardes (2004), teve um processo de ocupação como resultado do encontro de dois fluxos populacionais, um deles oriundo do Norte do Estado, relacionado à expansão do café, e outro decorrente do movimento de gaúchos e catarinenses no Oeste e Sudoeste do Paraná, com a policultura alimentar.

Esses sistemas, organizados por produtores familiares, mantiveram-se até o início dos anos 70, período em que a região se integrou ao movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna no Paraná, com profundas mudanças na organização da produção, concentrando a terra e liberando mão-de-obra rural (IPARDES, 2004, p. 14).

Para o Ipardes (2004), os impactos desse processo sobre a dinâmica demográfica foram intensos e imprimiram na mesorregião características que a situam como área de esvaziamento populacional – em 21 municípios houve, nos anos 1990, redução da população total. Mesmo Campo Mourão, o principal centro da mesorregião, segundo o Ipardes (2004), apresentou taxa de crescimento inferior a 0,5% ao ano, indicando dificuldades de reter o aumento populacional que decorreria do crescimento vegetativo de sua população. Esse comportamento se estendeu inclusive às áreas urbanas da região, notando-se forte desaceleração das taxas de crescimento, bem como perdas populacionais absolutas.

Retomando o IDH, que é reflexo do processo acima mencionado, percebemos que houve evolução em relação a 1991. Entretanto uma análise mais precisa que



complementaria de maneira eficaz a proposta que mostramos será possível após nova formulação desses índices. Em todo o caso, em 2000, o IDH de Nova Cantu era de 0,698, sendo alocado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a partir de classificação específica, entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8) (Tabela 1).

Tabela : Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Nova Cantu

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Educação	0,656	0,824
Longevidade	0,636	0,656
Renda	0,582	0,614
<b>TOTAL IDH-M</b>	<b>0,625</b>	<b>0,698</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Ipardes, 2000

Sobre a evolução, o Ipardes (2004) apresenta os principais indicadores bem como suas respectivas evoluções:

Em 2000, nenhum de seus municípios apresentou valores do IDH-M acima do verificado para o Estado (0,787), sendo que, em relação ao ano de 1991, vários deles perderam posição no ranking estadual. Entre os componentes do IDH-M, os melhores resultados são observados em relação à educação, decorrente do atendimento escolar nos níveis básicos, da creche até o ensino fundamental. O pior desempenho ocorre em relação à renda, dimensão na qual todos os municípios encontram-se abaixo da média estadual, fato que se reflete no alto percentual (32%) de famílias em situação de pobreza (IPARDES, 2004, p. 15).

Percebemos, a partir dos dados acima, que a realidade da cidade de Nova Cantu contribui no contexto regional tendo em vista a ocupação, a colonização e o povoamento, mas que detém particularidades que devem ser contempladas para a compreensão da realidade local.

## **NOVA CANTU: REALIDADE INTRAURBANA E PROPOSTAS DO PLANO DIRETOR**

Conforme elencado no item anterior, Nova Cantu faz parte de um contexto regional que teve complexas formas de ocupação bem como características que contribuíram para o desenvolvimento de alguns setores e para o retrocesso de outros. As

baixas estão sempre relacionadas aos dados populacionais. Em primeiro lugar, é importante situar que a cidade possui um grau de urbanização de apenas 39,5% (IBGE, 2000), sendo um dos menores índices do estado do Paraná. Isso nos remete a pensar que o grande percentual de população residindo no campo ou nos distritos está ligado ao processo de ocupação bem como às atividades desenvolvidas no município.

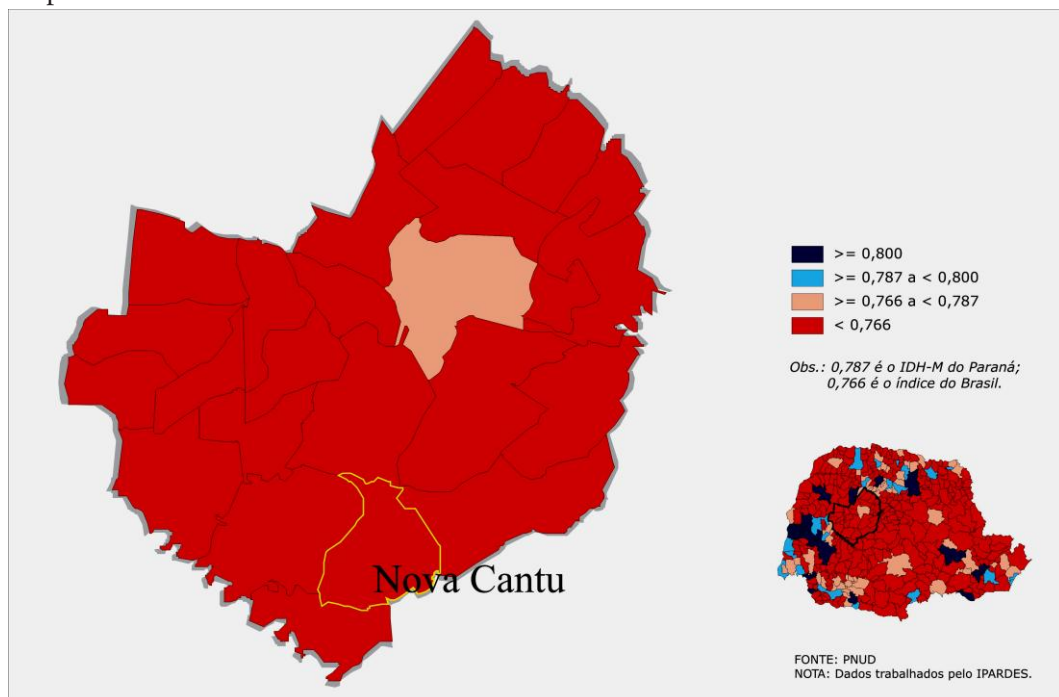
Em segundo lugar, pontuamos que, assim como a maioria dos municípios da mesorregião, Nova Cantu perde população: o município possui uma taxa de crescimento geral negativa (-1,4%), sendo a taxa de crescimento rural - 2,0% e a taxa de crescimento populacional na área urbana de -0,4% (IBGE, 2000; NOVA CANTU, 2006). Esses dados nos ajudam a refletir sobre as questões arroladas no contexto teórico sobre a urbanização e seu respectivo processo de planejamento.

Em terceiro lugar, para falarmos do aludido planejamento, é necessário pontuar os dados do desenvolvimento humano, ou seja, a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Um estudo comparativo entre o IDH de Nova Cantu e das demais cidades da mesorregião nos mostra o quadro complexo em que se encontram os referidos municípios, sobretudo a cidade estudada. A variação entre o patamar máximo e mínimo do IDH-M, na mesorregião, é bastante expressiva, agravada pela ausência de municípios em melhores posições. Além de Campo Mourão, município pólo da mesorregião, classificado na 75ª posição, apenas Engenheiro Beltrão se destaca ocupando a 115ª posição entre os 399 municípios paranaenses (NOVA CANTU, 2006), já o IDH-M do município de Goioerê é de 0,746, 174ª posição. Os demais municípios estão concentrados, em sua grande maioria, em posições bastante desfavoráveis na classificação estadual do IDH-M, situando-se nos limites inferiores desta classificação, os municípios de Iretama (0,699), Nova Cantu (0,698), Rancho Alegred'Oeste (0,698), Janiópolis (0,692), Corumbataí do Sul (0,678) e Altamira do Paraná (0,677) (NOVA CANTU, 2006). Percebemos que os índices são alarmantes, passíveis de políticas sociais voltadas para a educação, saúde/ longevidade e renda da população. O que se nota é que, em todo o contexto mesorregional, somente Campo Mourão tem índice acima de 0,766, que é o índice do Brasil. Nenhum município atinge o IDH do estado do Paraná para 2000 (Mapa 2).

Diante deste contexto, faz-se necessário a busca por iniciativas políticas, além, é claro, da obrigatoriedade da realização do plano diretor, que objetiva, dentre os fatores, melhorar e alavancar os índices sociais. Tendo em vista os dados apresentados foram realizadas no estado do Paraná os programas de desenvolvimento, que se forem praticados contribuirão com o desenvolvimento social, humano, ambiental e econômico

deste município. Dentre as propostas, tivemos em 2003 o plano intitulado Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU) e o Plano Regional de Desenvolvimento Econômico (PRDE). É importante situá-los, pois contemplam os municípios citados por meio do Programa de Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas.



Mapa 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Nova Cantu no contexto da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense (2000)

Fonte: IPARDES, 2004

Retomando as ações estabelecidas no Plano Diretor Municipal por meio das diretrizes e do Plano de Ação e investimentos, percebemos uma dedicação ímpar no que tange à infraestrutura e investimentos voltados para a melhoria dos índices nos próximos dez anos. Se todas as propostas forem executadas, teremos um quadro de significativa melhoria dos indicadores do município de Nova Cantu. Desta forma as ações do Plano Diretor Municipal parecem muitas vezes com as promessas de campanhas políticas em época de eleição, porém fica evidente o avanço obtido a partir das propostas elaboradas baseadas em audiências públicas com a participação da população, ou seja, não são meras propostas de campanhas, mas sim diretrizes que visam à melhoria da cidade como um todo, que, após aprovadas, possuem curto, médio ou longo prazo para serem executadas,

sendo o prazo máximo de dez anos, conforme já apresentado nesta discussão.

Assim, em relação ao fortalecimento do planejamento municipal, foram traçadas as diretrizes de promoção de melhorias na gestão tributária bem como ações visando fortalecer o capital social. No que diz respeito à infraestrutura urbana, o plano pretende promover a implantação da sinalização do sistema viário urbano; promover a acessibilidade urbana; promover a melhoria e expansão dos sistemas de infraestrutura urbana; promover a regularização fundiária.

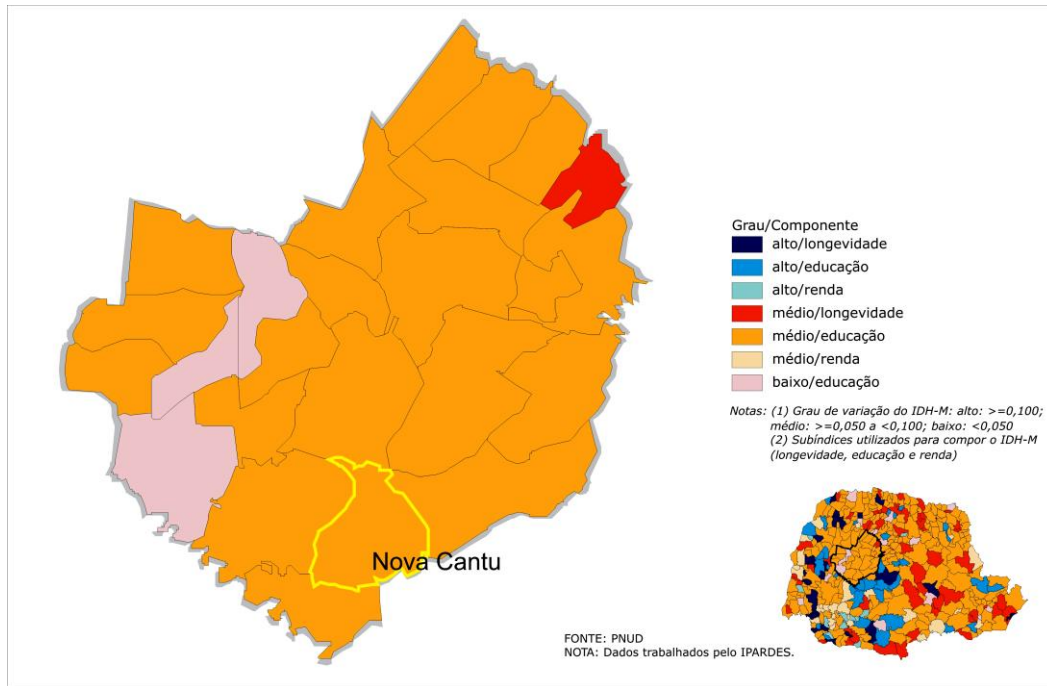
No que diz respeito aos setores da economia, as diretrizes remetem à diversificação do setor agrícola com atividades focadas na agricultura familiar, tendo em vista o alto percentual de população residente na área rural; fomentar o desenvolvimento industrial, inclusive constando novas áreas de expansão no perímetro urbano proposto; promover a melhoria da infraestrutura viária rural; fomentar o desenvolvimento endógeno dos três setores da economia; potencializar o uso das agroindústrias comunitárias e estimular a economia solidária, conceito amplamente discutido nas esferas do poder público e nas Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

Em relação à educação, setor decisivo no aumento do índice de desenvolvimento, as diretrizes visam melhorar a qualidade do ensino básico, implantar cursos com foco na atividade agropecuária, estimular a expansão do ensino à distância, já que a cidade carece de IES, promover a inclusão digital e consolidar a infraestrutura do sistema de educação, inclusive com a construção de novas escolas, já mapeados os pontos de instalação. Apresentamos que a educação foi o principal responsável pelo aumento no IDH de 2000 em relação a 1991. Acreditamos que as propostas elencadas nesse setor contribuirão ainda mais para que haja um crescimento significativo, pois é uma das bases que possibilitam o desenvolvimento. De modo geral, por intermédio de comparativo de Nova Cantu com os demais municípios da mesorregião, percebemos que a educação acaba sendo a principal tendência de crescimento e elevação do índice, o que é de importância significativa (Mapa 3). Por isso, uma detalhada análise sobre as diretrizes que permeiam esse setor poderia surtir efeitos ainda mais positivos.

No que tange à saúde, as diretrizes se igualam às dos itens acima, com o intuito de promover a implantação e a consolidação dos programas de saúde, consolidar a infraestrutura do sistema de promoção social, consolidar e ampliar os programas de promoção social, entre outros. É importante lembrar que esses itens têm como foco a melhoria dos baixíssimos índices, sobretudo relacionados ao IDH-M.

Por fim, e não menos importante, as diretrizes voltadas para o meio ambiente e habitação visam promover a elaboração e implementação de um plano municipal de habitação social; promover a recuperação de áreas degradadas; elaborar e implementar

um plano municipal de gestão dos resíduos; promover e intensificar ações de saneamento básico; promover a proteção do patrimônio ambiental e promover a readequação da arborização pública.



Se essas diretrizes forem implementadas, já que estão contempladas no orçamento municipal para os próximos anos, independentemente da administração e da tendência político partidária, teremos o utópico desejo de melhoria contemplado. As metas acima elencadas servem para nos balizar perante o que se propõe. Detalhes mais acurados sobre a real execução serão apontados nas futuras pesquisas sobre a realidade cantuense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos trouxe algumas reflexões acerca da pequena cidade de Nova Cantu. A partir de dados da evolução municipal e dos índices foi possível traçar um panorama aliado às intenções e políticas voltadas para o planejamento regional e urbano.

É necessário frisar que os índices analisados referem-se a dados ultrapassados, já que ensejamos a realidade do início da presente década e século. Novos dados nos possibilitarão uma leitura mais pertinente sobre a real situação da cidade estudada.

Outrossim, a discussão teórica proposta não tinha como enfoque esgotar as abordagens sobre o planejamento, sobretudo em se tratando de plano diretor, pois esse documento, implementado nas grandes cidades inicialmente e adotado pelo poder público, inclusive na Constituição Federal e na posterior elaboração do Estatuto das Cidades, tem como pano de fundo a melhoria das cidades a partir de um prévio planejamento, ainda que a classe que detém o poder o adote para controle da terra urbana e eventual especulação imobiliária. No entanto, o que se tem observado, a partir das leituras e da realidade paranaense, é que as propostas são louváveis, mas há, evidentemente, uma real dificuldade de execução e de implementação. Por exemplo, em relação ao plano diretor de Nova Cantu, esperamos que não seja um documento para simples arrecadação, mas que realmente contemple o planejamento proposto, que será, como visto, de grande valia para melhorar os índices e colocar, efetivamente, Nova Cantu na “rota” do desenvolvimento, do planejamento, e de investimentos externos.

Enfim, entendemos que a análise do planejamento urbano não se esgota, pois somente realizamos o recorte sobre as diretrizes do plano. Inúmeras outras questões podem ser discutidas, inclusive por meio da observação das leis de uso do solo e de zoneamento, que regulam o ordenamento do uso do solo, da lei do perímetro urbano, que é uma discussão presente nas câmaras legislativas, inclusive observando os inúmeros interesses. Sobre o perímetro urbano, é importante observar que o aumento do mesmo pode causar conflitos, já que há, evidentemente, um grande percentual da população residindo na parte rural do município e que, em alguns casos, são detentores das propriedades. A análise sobre os agentes fundamentaria essa discussão, já que nos atemos somente sobre a atuação do Estado.

A pesquisa contribui para o início de uma abordagem ainda maior, que deve ser feita tanto no âmbito da realidade local quanto regional, sobretudo com a possibilidade de enfatizar os problemas relacionados ao desenvolvimento, esse, herdeiro das políticas públicas consubstanciadas nas duas últimas décadas, embatidas pelo discurso do planejamento e da gestão, temas diferentes, que devem ser ampliados na esfera acadêmica.

## REFERÊNCIAS

- CAPEL, Horácio. **Capitalismo Y Morfologia Urbana em Espana**. Realidad Geográfica. Barcelona: Ed. Los Libros de la Frontera. Vol. 04, 1983.
- CARLOS, Ana f. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática 1999.
- FAISSOL, Speridião. **Urbanização e Regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IPARDES. **Leituras Regionais: Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2004.
- MENDES, C.M. **O edifício no jardim, um plano destruído**. A verticalização de Maringá. Tese (Doutorado em Geografia) FFCHL, USP, 1992. 376f.
- NOVA CANTU. **Plano Diretor de Desenvolvimento**. Curitiba: Paranacidade, 2006.
- TÖWS, Ricardo L. **O processo de verticalização de Londrina e de Maringá (PR) Brasil: O Estado e o capital imobiliário na produção do espaço**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Maringá: PGE/ UEM, 2010, 265f.
- TÖWS, Ricardo L.; MENDES, Cesar M.; LEGNANI, Fabiana; GALUCH Jr. Daniel. A implementação do Plano Diretor como Instrumento de Planejamento Municipal. **Anais do I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local e XVII Semana de Geografia**. Maringá: Departamento de Geografia/ UEM, 2008.
- VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, 2005.

## BIBLIOGRAFIA

- CARLOS, Ana f. **Os Caminhos da Reflexão Sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Edusp. 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da Cidade**. A produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2001.

- CORRÊA, Roberto L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto L. **Natureza e O Espaço Urbano Significado de Rede**. São Paulo: Ática, 1989.
- DE ARRUDA, Hélio Palma. **Colonização Oficial e Particular**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- GEORGE, Pierre. **A Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.
- HARVEY, David. **A Justiça Social da Cidade**, São Paulo: Hucitec, 1980.
- IBGE/IPEA/ Fundação João Pinheiro. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 2002.
- IPEA, PNUD. **Relatório Sobre Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro, 1996.
- JESUS, Patrícia Maria; ROMA, Cláudia Marques; ZANDONADI, Júlio César. **A segregação sócioespacial e suas expressões em cidades médias e pequenas: algumas considerações** – Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente. p.129-142. 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento. ENDLICH, Ângela M.; ROCHA, Márcio M. (Orgs.) **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: EDUEM, 2009, p. 15-40.
- POCCHANN Márcio (org) **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo, Cortez. 2002.
- POCCHANN Márcio et al. **Atlas de Exclusão Social**. São Paulo Cortez. 2003.
- SANTOS, Milton, **A Urbanização Brasileira**, São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOUZA, Maurício Lopes. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 1ª Edição.
- SPÓSITO, M. E. **A Urbanização no Brasil**. Geografia (Série Argumento). São Paulo: CENP. 1993.
- SPÓSITO, M. E. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1991.
- TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; DE CASTRO E SILVA, Maria Thereza L.L. **Colonização Dirigida no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.